



PODER

Perdas e danos de um governo sem base de apoio

Abandonado por partidos aliados nas derrotas no Congresso, como a derrubada de vetos de Lula, Planalto retoma núcleo de articulação para tentar acompanhar mais de perto, em reuniões semanais, as negociações com o Parlamento. Líderes minimizam reverses

» ALINE BRITO
» ÁNDREA MALCHER
» EVANDRO ÉBOLI

Geraldo Magela/Agência Senado



Líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues procurou minimizar as derrotas sofridas pelo Planalto

As derrotas do governo na votação dos dois principais vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, analisados na terça-feira, no Congresso — o fim da saída temporária de presos e a criminalização de fake news eleitorais —, deixaram evidente a desarticulação do Palácio do Planalto em temas de seu interesse no Legislativo. O resultado da sessão conjunta mostrou que o chefe do Executivo foi, de forma significativa, abandonado pela base de apoio, já que contou, quase que exclusivamente, com os votos dos seis partidos de esquerda.

Parlamentares integrantes de partidos que ocupam ministérios na Esplanada atuaram contra o governo nos dois casos e ajudaram os bolsonaristas a impor uma derrota fragorosa ao Planalto.

No caso das "saidinhas", o governo conquistou apenas 126 votos pela manutenção do veto de Lula. Desse total, 96 foram do PT (59), PSol (13), PDT (8), PCdoB (7), PSB (5) e PV (4). Mas o PDT deu mais voto contra o veto, 10 ao todo, do que os oito a favor. Até o líder pedetista na Câmara, Afonso Motta (RS), se posicionou a favor da derrubada da decisão do presidente.

Em peso, deputados de cinco partidos da base do governo, que ocupam 11 ministérios na Esplanada e integram o Centrão, foram imprescindíveis para ajudar a oposição a derrotar o Planalto. Juntos, colaboraram com 177 votos, dos 314 que derrubaram o veto de Lula ao fim das saidinhas.

No União Brasil, 54 parlamentares votaram para derrubar o veto e apenas um foi favorável, no caso, a deputada Daniela do Waguiinho (RJ), ex-ministra do Turismo do atual governo. O partido hoje tem três ministérios. No PP, foi

uma goleada contra o Planalto: 43 a 0 a favor de proibir a saidinha. A legenda tem um ministério.

No MDB, que ocupa três pastas, 21 foram contra o governo e apenas cinco a favor. O PSD, que emplacou três ministros na gestão Lula, colaborou com a oposição com 29 votos e 11 contrários. O Republicanos também ignorou ser da base de apoio ao governo e entregou 30 votos contra o veto, com apenas três a favor. A legenda ocupa uma pasta.

Bolsonaro

No caso dos senadores, o placar foi 52 a 11 para derrubar o veto presidencial. O Centrão "governista", com cargos no Executivo, participou com 27 votos na derrota da manutenção da saidinha.

Parlamentares das legendas consideradas governistas foram essenciais para manter até

mesmo uma decisão do ex-presidente Jair Bolsonaro, que vetou, em 2021, a criminalização das fake news eleitorais. Na Câmara, 317 deputados votaram para manter o veto do ex-chefe do Executivo e apenas 139 foram contra. Desses que se manifestaram para derrotar o antigo governo e criminalizar a exploração das notícias falsas, 115 votos foram de legendas de esquerda: PT (65), PDT (14), PSol (13), PSB (11), PCdoB (7) e PV (5).

Os aliados "dissidentes" ajudaram a manter a decisão da gestão bolsonarista. Dos 317 favoráveis a não punir fake news, 191 foram dados pelos cinco partidos do Centrão que integram a base de apoio ao Planalto: União (51), PP (42), Republicanos (40), PSD (37) e MDB (21).

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), afirmou que se reuniu com Lula, ontem,

e que foi pedida uma maior "organização" na articulação com o Congresso, em especial em ocasiões como a de análises de vetos.

"Ele (Lula) está tranquilo, tem 78 (anos), já apanhou, já comemorou, já chorou, já riu, então, não assusta isso. A gente precisa melhorar nossa organização nesse processo de governo e Legislativo. Vai envolver uma sistemática de conversa mais próxima", declarou a jornalista. "Aqui, tudo a gente vota como se fosse um Deus nos acuda. Todos sabemos que matéria econômica tramita de um jeito. Matéria, chamada genericamente de costumes, tramita de outro. Quando me perguntam 'qual é a base?', dependo do tema."

Wagner avaliou que os vetos das saidinhas e das fake news não eram "questões programáticas" para o governo. "O que era essencial para nós foi mantido



Não vejo nada de anormal no que aconteceu nessa sessão do Congresso (de terça-feira), mas é muito importante para a democracia que o governo também se organize da melhor forma possível com a sua base de apoio na Câmara e no Senado"

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Congresso

Decisão a favor das saidinhas

A decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu que a lei das "saidinhas" não vale para detentos que já estão presos, ou seja, não tem efeitos retroativos, começa a pavimentar o que pode ser um revés para o Congresso.

O ministro despachou em um habeas corpus procedente de Minas Gerais. Ele só analisou o caso concreto — um preso que cumpre pena por roubo e teve o direito à saidinha revogado após a mudança na legislação.

Embora o processo não discuta exatamente a constitucionalidade da lei aprovada no Congresso, a reforma na legislação é o pano de fundo do habeas corpus, por isso a decisão de Mendonça abre um precedente importante no STF, caso a Corte venha a ser acionada para julgar o fim das saidinhas.

O ministro reconheceu que as mudanças na lei penal não têm efeito retroativo, exceto se as alterações forem benéficas ao réu, e restabeleceu o benefício no caso analisado. Essa é uma interpretação consolidada no Supremo.

"Entendo pela impossibilidade de retroação da Lei nº 14.836, de 2024, no que toca à limitação aos institutos da saída temporária e trabalho externo para alcançar aqueles que cumprem pena por crime hediondo ou com violência ou grave ameaça contra pessoa — no qual se enquadra o crime de roubo —, cometido anteriormente à sua edição, porquanto mais grave."

A restrição às saidinhas foi uma derrota para a gestão Lula. Mas o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), descartou a possibilidade de o Planalto judicializar o assunto.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Derrota do governo foi recado de Pacheco e Lira

Há que se ter certa cautela na avaliação das derrotas sofridas pelo governo na derrubada dos vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo Congresso, na noite de terça-feira. Do ponto de vista do jogo democrático, faz parte de um cenário em que o governo luta pelo restabelecimento do "presidencialismo de coalizão", enquanto os partidos do Centrão que integram a sua própria base parlamentar, com os petistas docemente constrangidos, pretendem impor um "semipresidencialismo" informal e irresponsável.

A diferença entre um conceito e outro não é o compartilhamento do governo com os aliados, o que já existe, mas o grau de compromisso de suas respectivas bancadas com os interesses da sociedade e a qualidade de investimentos em políticas públicas. Uma análise atenta dos vetos derrubados e dos que foram mantidos mostra isso com clareza. As derrotas impostas ao governo foram mais simbólicas da agenda conservadora hegemônica no Congresso do que realmente um xeque-mate na governabilidade, para que o presidente Lula faça

uma reforma ministerial. Não haverá reforma antes das eleições municipais.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (AP), resumiu a ópera: "Aqui vale a máxima de que o jogo é jogado e lambari é pescado. O governo reconhece a posição da maioria do Congresso e segue o jogo. Vamos para os próximos temas. Celebramos e agradecemos ao Congresso a manutenção dos vetos da LDO e a percepção de ter mantido outros cinco vetos, como a Lei Orçamentária e outros pontos que implicariam aumento de gastos, com impacto fiscal. Reconhecemos o resultado onde fomos derrotados", disse. Os dois temas de mais repercussão política foram a taxação de compras on-line no exterior de até US\$ 50, o equivalente a R\$ 260, e as chamadas "saidinhas".

A rigor, apesar de ter afirmado que era contra porque considerava uma injustiça cobrar impostos sobre pequenas compras que beneficiam os consumidores de baixa renda, Lula ganhou de dois lados: jogou para a arqui-bancada, ao se posicionar contra o imposto, uma

postura simpática à sua base eleitoral; e o governo federal é que vai faturar com a cobrança de 20% sobre o valor dessas compras, como, aliás, desejava o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que se fez de morto na votação. Há uma certa "dialética" no resultado dessa votação...

No caso da "saidinha", o veto de Lula se aplicava apenas aos presos que estão em regime semiaberto, ou seja, que trabalham ou estudam durante o dia e dormem na cadeia. Esses presos costumam ser liberados no Natal e em outras ocasiões para ficar com suas famílias. A taxa de evasão e prática de crimes por esses presos, que estão em regime semiaberto por progressão de pena e/ou bom comportamento, é baixíssima.

Randolfe ironizou a decisão, comentando que atingirá também os condenados pela tentativa de golpe de 8 de janeiro, mas não é bem assim. Todos os presos já condenados têm direitos adquiridos com base no Código Penal. A lei não pode ter efeito retroativo. Qualquer advogado criminalista que recorrer aos tribunais terá ganho de causa. Até o fim de abril, no caso dos vândalos

que depredaram a Praça dos Três Poderes, eram 88 presos por esses ataques, e outros 1.557 cumpriam pena em regime semiaberto ou aberto e foram submetidos a medidas como uso de tornozeleira e proibidos de deixar o país.

Fake news

No mérito, a derrota mais séria foi o Congresso manter a decisão de Jair Bolsonaro, que vetou, em 2021, a criminalização das fake news eleitorais, como violação das regras democráticas. Na Câmara, 317 deputados votaram para manter o veto do ex-presidente e apenas 139 foram contra, dos quais 115 votos vieram de legendas de esquerda: PT (65), PDT (14), PSol (13), PSB (11), PCdoB (7) e PV (5). Dos 317 favoráveis a não punir fake news, 191 foram dados pelos cinco partidos do Centrão que integra a base de apoio ao Planalto: União (51), PP (42), Republicanos (40), PSD (37) e MDB (21). Como o veto foi mantido pelos deputados, não foi necessário sequer submeter a matéria à apreciação dos senadores.

Randolfe jogou a toalha quanto à

agenda conservadora do Congresso: "Conseguimos adiar duas vezes essas votações, mas nada adiantou. E nada adiantaria mesmo que adíssemos 10 vezes. O placar seria sempre esse. Precisamos reconhecer essas derrotas", disse. Segundo o líder do governo no Congresso, houve ontem uma reunião para avaliar os resultados da noite de terça-feira entre o presidente Lula e seus articuladores políticos: o ministro Alexandre Padilha e os líderes no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e na Câmara, José Guimarães (PT-CE), além do próprio Randolfe.

Ficou decidido que esse "núcleo político" se reunirá toda segunda-feira, com a participação eventual de ministros envolvidos com a agenda do Congresso. Uma velha raposa do Senado aposta que na terceira semana Lula já não participará da reunião. "Não adiantará nada, são eles com eles, o que vai decidir os rumos do Congresso são as conversas de Lula com Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado, e Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara. Eles que mandaram recado."